

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Isadora Talita Lunardi Diehl

**Racismo e a questão indígena no Brasil: reflexões a partir da tese de Afonso de Freitas no I Congresso de História Nacional do IHGB (1914).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial pra obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Regina Célia Lima Xavier.

PORTO ALEGRE

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Isadora Talita Lunardi Diehl

**Racismo e a questão indígena no Brasil: reflexões a partir da tese de Afonso de Freitas no I Congresso de História Nacional do IHGB (1914).**

Banca Examinadora:

---

Profª. Drª. Adriana Schmidt Dias  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Doutoranda Gabriela Correia da Silva  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profª. Drª. Regina Célia Lima Xavier (Orientadora).  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## CIP - Catalogação na Publicação

Lunardi Diehl, Isadora Talita

Racismo e a questão indígena no Brasil: reflexões a partir da tese de Afonso de Freitas no I Congresso de História Nacional do IHGB (1914). / Isadora Talita Lunardi Diehl. -- 2016.  
41 f.

Orientadora: Regina Célia Lima Xavier.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. racismo. 2. indígenas. 3. IHGB. 4. I Congresso de História Nacional. I. Lima Xavier, Regina Célia, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Resumo:** Este trabalho analisa a tese oficial *Distribuição geográfica das tribos indígenas na época do Descobrimento*, de autoria de Afonso de Freitas, apresentada no *I Congresso de História Nacional*, realizado pelo IHGB no Rio de Janeiro, em 1914. Neste texto buscaram-se elementos que permitiram compreender como os indígenas estavam sendo pensados a partir de teorias racistas no começo da República no Brasil. As explicações sobre as origens dos indígenas brasileiros, assim como as concepções sobre suas diferenças étnicas, presentes na tese remontam teorias gestadas no seio do IHGB ainda no período imperial, que colocaram a matriz tupi como portadora da nacionalidade brasileira e os não tupis como antítese deste projeto. A tese de Freitas demonstra a reatualização desta dicotomia na busca pela identidade nacional.

**Palavras-chave:** racismo, IHGB, indígenas, I Congresso de História Nacional.

## **Agradecimentos**

Agradeço a Prof. Regina Xavier por ter aceitado orientar este trabalho e a Prof. Helen Osório pela orientação em tantos outros.

Agradeço também a Prof<sup>ª</sup> Adriana Dias que aceitou avaliar este trabalho e a Gabriela Correia da Silva que gentilmente me indicou leituras e aceitou também compor esta banca.

Agradeço ao Mauri por aguentar junto comigo o estresse de mais essa etapa acadêmica e a todos as amigas e amigos que me apoiaram em vários momentos.

Agradeço a oportunidade de ter cursado o bacharelado, o mestrado e agora concluir a licenciatura em história nesta Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desejo que sigamos tendo uma Universidade pública, gratuita e de qualidade e que se torne cada vez mais inclusiva.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1 – OS ÍNDIOS NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO: A DICOTOMIA TUPI-TAPUIA DO PERÍODO IMPERIAL.....</b>	<b>11</b>
1.1. A FUNDAÇÃO DO IHGB: UMA ORIGEM TUPI PARA A NAÇÃO .....	11
1.2. OS ÍNDIOS NO IHGB: DAS TEORIAS MONOGENISTAS À DISTINÇÃO TUPI-TAPUIA.....	15
<b>CAPÍTULO 2- OS ÍNDIOS VOLTAM A CENA: NACIONALIDADE, REPÚBLICA E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO.....</b>	<b>20</b>
2.1. TRANSIÇÃO PARA A REPÚBLICA: MISTURAS TEÓRICAS NO IHGB .....	20
2.2. O I CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA .....	23
<b>CAPÍTULO 3- A TESE DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS TRIBOS INDÍGENAS NA ÉPOCA DO DESCOBRIMENTO .....</b>	<b>28</b>
3.1. PENSANDO A POLIGENIA ATRAVÉS DA MONOGENIA: AS ORIGENS DOS BRASILEIROS .....	28
3.2. TUPIS E TAPUIAS: ORIGENS DETERMINANTES .....	31
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>37</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>39</b>



## INTRODUÇÃO

Este trabalho começou a ser escrito logo após a defesa da minha dissertação de mestrado, em junho de 2016. A dissertação tratava da escravidão indígena no sul do Brasil durante o século XVIII. Ao refletir sobre os classificativos sociais dos indígenas existentes no período colonial, comecei a me interessar sobre como se construiu a história dos índios no período em que estavam se formulando as teorias raciais no Brasil. Concomitantemente, estava cursando a disciplina de História Social do Racismo, com a professora Regina Xavier, que me trouxe aportes para compreensão desta discussão. Logo, decidi neste trabalho mudar totalmente o foco dos estudos que vinha fazendo há anos e adentrar em um campo totalmente novo.

Portanto, mais do que a intenção de fazer uma pesquisa inovadora e fechada, este trabalho de conclusão do curso de licenciatura se pretende um ensaio sobre questões que me inquietaram ainda enquanto escrevia a dissertação. Foi também por indicação da Professora Regina Xavier que tive acesso aos anais do I Congresso de História Nacional. Neles busquei compreender como os índios apareciam nesta primeira reunião de historiadores do Instituto e cheguei à tese que serve como ponto de partida para as reflexões aqui colocadas.

Logo, este trabalho analisa a tese oficial *Distribuição geographica das tribos indígenas na época do Descobrimento*, de autoria de Affonso A. de Freitas<sup>1</sup>, apresentada no I Congresso de História Nacional, realizado pelo IHGB no Rio de Janeiro, em 1914, buscando neste texto elementos que permitam compreender como os indígenas estavam sendo pensados neste contexto de construção do racismo.

As reflexões a cerca do racismo no Brasil desenvolveram-se a partir de análises das ciências sociais, sendo que o campo da história se manteve distante de tais discussões. Silvia Lara (2010, p. 15) lança a hipótese de que este distanciamento da temática por parte da produção historiográfica se devesse a interlocução com questões políticas e sociais da contemporaneidade, seara que os historiadores tendem a evitar.

Ainda sim, nos últimos anos tem-se desenvolvido uma intensa produção no campo da história, que pensou a construção do racismo no país. Não cabe aqui fazer o que seria uma ampla revisão bibliográfica a cerca do assunto, mas deve-se salientar que

---

<sup>1</sup> O autor Affonso Antônio de Freitas será referido a partir de agora como Afonso de Freitas, visando à atualização e simplificação da referência..



a produção estrangeira tem contribuído para inserir o racismo brasileiro em um contexto mais amplo de produção das ideologias racistas. Porém, tem-se focado as necessidades de compreensão das especificidades locais na apropriação das ideias europeias sobre raça, que configuraram um modo distinto de pensar a questão no Brasil<sup>2</sup>. Como bem resume Schwarcz (1993, p. 19):

Mais interessante é refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção da argumentação racial no país.

Contudo, vemos que a maior parte das análises historiográfica, antropológicas e sociológicas enfocou o racismo com relação aos africanos e afrodescendentes. Todavia, os ideólogos do racismo no século XIX e início do XX, preocupados em estabelecer uma hierarquia social excludente, versaram também sobre os povos nativos americanos. Ainda são poucos os estudos que se ocuparam deste viés. Evidentemente não pretendo suprir esta carência historiográfica, mas analisar, em uma fonte específica, como o contexto de debates em torno da questão racial no Brasil, especialmente no final do século XIX e início do XX, relacionou-se com o pensamento intelectual sobre os indígenas brasileiros.

Alguns trabalhos já se debruçaram sobre esta questão, analisando de que maneira os indígenas aparecem na história produzida pelo IHGB. O principal deles, e que serve de base para muitas das reflexões aqui contidas, é *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*, de autoria de Kaori Kodama (2009). A autora faz uma importante compilação das principais questões envolvendo os indígenas nas discussões do IHGB, ao mesmo tempo busca demonstrar as origens destas interpretações e adaptações à realidade nacional. Desta maneira, Kodama mapeia os autores lidos pelos sócios do Instituto Histórico, sem deixar de remeter ao contexto imperial preocupado com o processo de “civilização dos nativos” e sua integração à nação.

Outra referência importante neste sentido é Lilia Moritz Schwartz em seu capítulo sobre o IHGB no livro *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1993)*. A autora situa esta instituição em um contexto mais amplo de produção do racismo no Brasil. Partindo das percepções de intelectuais, cientistas e viajantes do final do século XIX e início do XX, constata que o Brasil foi

---

<sup>2</sup> Como apontou Schwarcz (1993, p. 15-17), a produção histórica tendeu, até os anos de 1970, salientar que as teorias raciais eram importações sem relação com a realidade brasileira.

descrito como um país mestiço e investiga como os “homens da ciência” lidaram com a apropriação das teorias raciais europeias, baseadas fortemente no darwinismo social e no evolucionismo, em um contexto de um país altamente miscigenado. A autora salienta que nas diferentes instituições por ela estudadas (os museus etnográficos, os institutos históricos e geográficos e as faculdades de direito e medicina) as apropriações das teorias raciais foram distintas, seguindo diferentes correntes interpretativas.

Outro aporte importante para estas discussões foi a tese de livre docência de John Monteiro, intitulada *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo* (MONTEIRO, 2001) e um artigo seu publicado na coletânea *Raça, ciência e Sociedade* (MONTEIRO, 1996). Ainda que não trate só do IHGB, o autor demonstra a dualidade da construção da imagem dos índios no Brasil imperial, definidos enquanto tupi ou como tapuias. Tal divisão remetia ao período colonial, mas consolidou no Império a imagem dos tupis como matriz da nacionalidade, e os “tapuia” como antítese do projeto nacional.

Compreender os indígenas nesta tese de Afonso de Freitas me fez retroceder na construção intelectual sobre a raça no seio do IHGB. Concebendo que, se por um lado existem rupturas na formulação da questão racial, também influenciadas pelas mudanças que tais teorias sofreram na Europa, por outro lado existiam continuidades, fortemente expressas na tese de Freitas.

Como salientou Hofbauer (2006, p. 100-103), “raça” surgiu com uma forma de pensar as diferenças humanas. Se até o fim da Idade Média, no Ocidente, os critérios de diferenciação estavam mais alicerçados na adesão (ou não) do cristianismo, pouco a pouco fortaleceu-se uma visão de raça dissociada das interpretações bíblicas. Entretanto, associação entre os critérios de cor e a categoria raça não podem ser entendidas de maneira linear. A conformação do racismo, entendido “doutrinas que afirmavam a desigualdade humana partindo de pressupostos de que a cultura é biologicamente determinada” (SEYFERTH, p. 41-42) foi um processo dinâmico.

Ivana Stolze Lima, ao tratar da mestiçagem, também indica que todas as categorias devem ser pensadas de maneira histórica, salientando a complexidade inerente as construções a partir da raça:

Outro cuidado é não subestimar o léxico profuso de designações raciais, nem reduzi-lo a termos que tornem pobre a dinâmica social. Tudo isso aponta, em síntese, para a historicidade e complexidade das percepções e classificações raciais (LIMA, 2003, p. 17-18).

Portanto, raça deve ser entendida como uma construção social, cujo significado foi negociado em um momento histórico específico e que investiu em modelos biológicos de análise (SCHWARCZ, 1993, p. 17), mas cuja construção remonta diferentes correntes teóricas.

\*\*\*

Este texto está organizado da seguinte maneira: O primeiro capítulo trata da constituição do IHGB como parte de um processo de estruturação da nação no Brasil, ressaltando o papel que os estudos sobre os indígenas exerceram neste contexto. Reconstituem-se, desta maneira, as preocupações presentes nas primeiras décadas do Instituto Histórico com a questão indígena, especialmente no que concerne à origem dos “primitivos” habitantes da América. Demonstra-se assim, que muitas destas ponderações inserem-se em uma narrativa afinada, mas não idêntica, às teorias raciais em voga na Europa. Esta retomada busca demonstrar que a tese de Afonso de Freitas é partícipe de uma tradição intelectual que remonta ao período imperial.

O segundo capítulo discorre brevemente sobre a conjuntura do processo de Abolição da escravidão e da Proclamação da República, demonstrando o impacto do novo contexto histórico sobre a produção do IHGB. Salientou-se que no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do qual o autor Afonso de Freitas era membro, as discussões a respeito dos indígenas estavam na ordem do dia e que a dicotomia tupi-tapuia esteve ali presente. Em seguida trata da organização do I Congresso de História Nacional, de 1914.

No último capítulo analisou-se a tese *Distribuição geográfica das tribos indígenas na época do Descobrimento*. Na análise desta tese, que lança hipóteses sobre a origem dos índios brasileiros e por consequência adentra no debate sobre as origens dos seres humanos, procurou-se demonstrar que o autor era partícipe da tradição intelectual esboçada no capítulo 1, apontando que a preocupação com a constituição da nação brasileira foi reatualizada no período. Observa-se que Freitas traz em seus escritos a dicotomia entre “tupis e tapuias”, fortemente expressa no período imperial. Conclui-se que longe de reproduzir as teses raciais europeias *ipsis litteris*, o que se observa na tese de Freitas é uma peculiar forma de responder às demandas da constituição da nacionalidade no Brasil.

## **CAPÍTULO 1 – OS ÍNDIOS NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO: A DICOTOMIA TUPI-TAPUIA DO PERÍODO IMPERIAL.**

### **1.1. A fundação do IHGB: uma origem tupi para a Nação**

A construção de uma nação guarda íntima relação com o a elaboração de uma história oficial. Como apontou Anne-Marie Tiesse, na Europa a formação das identidades nacionais forjou-se a partir de várias trocas intelectuais entre sujeitos de diferentes locais, gerando, a partir de 1800, “um modelo comum da produção das diferenças”. Essa produção deu-se através de uma atitude pedagógica ativa, estruturada a partir do que a autora chama de “check-list identitária”, na qual entram folclore, a galeria de heróis, os lugares de memória, monumentos, a língua nacional, etc. (THIESSE, 2001, p. 07-09). A história aparece como articuladora deste processo de identidade nacional.

Concomitante a esta produção da nação através da constituição de uma narrativa histórica comum entravam em voga as teorias raciais do século XIX. Michael Banton identifica o início deste processo de racialização ainda no século XII, contudo, sinaliza que é no XIX que a raça se tornou a maneira de classificar as características das pessoas. Assim, nascia a ideologia baseada na noção de que os seres humanos estavam divididos em raças distintas e permanentes ou ainda que “brancos e os pretos são espécies diferentes” (BANTON, 2010, p. 39).

Logo, o nacionalismo passou a ser identificado com o racismo. Como salientou Benedict Anderson (2008, p.208) a produção do racismo teve menos relação com disputas internacionais do que com a necessidade de controle dentro das próprias nações, constituindo uma hierarquia interna excludente.

Giralda Seyferth resume bem a articulação entre o nacionalismo do final do século XIX e as teorias raciais. Ancorada em outros autores, ela propõe que a constituição do nacionalismo estruturou-se na ideia de singularidade da língua, da civilização e da “raça”:

De fato, em muitos casos, o conteúdo político do conceito de nação é suplantado pela ideia de nacionalismo, que atribui valor excessivo à individualidade nacional – a nacionalidade pensada como atributo natural. E tal individualidade é, em parte, construída sobre a ideia de raça, por um lado, e sobre a concepção de língua nacional e cultura (ou civilização nacional), por

outro lado- o que resulta na equação 1 povo (raça) + 1 (cultura) + 1 língua = 1 nação! (SEYFERTH, 1996, p.41).

Na Europa a construção da narrativa histórica se deu no âmbito universitário, já no Brasil em um “espaço da academia de escolhidos e eleitos a partir de relações sociais” (GUIMARÃES, 1988, p. 05). Este local foi o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* que nasceu no período pós-independência (1838), momento de clara necessidade de construção de uma identidade nacional.

A constituição da nação envolvia pensar diretamente sobre a identidade do povo e de sua língua. No Brasil, a população composta por um grande número de negros, pardos e índios impunha a necessidade de uma construção ideológica que enquadrasse estes sujeitos na história nacional, mesmo que em condições subalternas. O contexto escravista e monárquico também teve forte influência na consolidação de uma história excludente. A questão da língua também se tornava importante, mesmo que o português fosse eleito como a língua nacional, os variados dialetos africanos e indígenas falados no Brasil impunham a necessidade de pensar sobre o tema.

Como coloca Manoel Guimarães, a particularidade da construção nacional brasileira é que, ao invés de estabelecer um rompimento com Portugal, viu-se como sucessora da tarefa civilizadora iniciada pela metrópole.

A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo, numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto surgir como desdobramentos nos trópicos, de uma civilização branca e europeia (GUIMARÃES, 1988, p. 08)

O IHGB foi idealizado na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), mas constituiu-se como órgão independente. Pretendia-se um centralizador do conhecimento histórico e geográfico na capital, já que a intenção era que as províncias tivessem também suas unidades. Tinha então como tarefa a reunião de documentos, mas também lançava uma perspectiva teórica de exaltação da pátria (SCHWARCZ, 1993, p.104).

Inicialmente os membros do Instituto Histórico eram inseridos na instituição por meio de relações sociais, sem que fosse necessário provar o conhecimento científico na área. Formava-se assim um grupo oligárquico, em grande medida relacionado ao aparato estatal. A partir de 1851, os membros passaram a ser pessoas mais reconhecidas

na produção do conhecimento nas áreas de interesses do IHGB (GUIMARÃES, 1988, p.09).

O IHGB manteve, desde sua fundação intenso diálogo com as academias europeias. Muito do que se produziu no *Instituto*, inclusive as aproximações com o conceito de raça, foram marcadas fortemente pelos contatos com essa produção externa. Contudo, essa apropriação não se deu de maneira direta, tendo em vista que a constituição da nação aqui deveria levar em conta a presença de indígenas e negros. Veremos ao longo do texto que, ao contrário de reproduzir teorias estrangeiras a respeito da raça e da origem dos ameríndios, os intelectuais<sup>3</sup> brasileiros se dedicaram a encontrar caminhos, quase sempre tortuosos, que permitiram adaptar as principais correntes de pensamento europeu ao contexto nacional.

A figura do Imperador foi central no IHGB, sendo responsável por grande parte do financiamento da instituição. Contudo, o *Instituto Histórico* constituiu-se como instituição científico-cultural não oficial, mantendo assim uma imagem de imparcialidade diante de possíveis disputas políticas (GUIMARÃES, 1988, p.06). Durante o segundo reinado, a relação entre o Imperador e o IHGB se aprofundou. A partir de 1840, D. Pedro II passou a frequentar a assiduamente as sessões e a estabelecer temas para a discussão (SCHWARCZ, 1998, p.107). Por esta época (1849), foi também inaugurada a nova sede do Instituto Histórico no Paço Imperial, refletindo a proximidade entre os intelectuais ocupados do fazer histórico e o Estado monárquico (GUIMARÃES, 1988, p.10). Veremos adiante, que esta amálgama da produção intelectual do IHGB com as ideias defendidas pelo próprio Imperador D. Pedro II terá vida longa, sobrevivendo ao advento da República.

Os indígenas ocuparam grande parte das reflexões dos sócios do Instituto. Na *Revista do IHGB*, editada pela primeira vez em 1839<sup>4</sup>, as temáticas relacionadas aos índios foram de longe as mais frequentes (SCHWARCZ, 1993, p. 109). Essa preocupação com os indígenas estava intimamente relacionada à busca pela identidade nacional. Articular passado e presente, origens nacionais e consolidação territorial, eram então necessidades concretas que diziam diretamente respeito aos índios:

---

<sup>3</sup> Sobre a forma como devem ser entendidos “intelectuais” no Brasil dos séculos XIX e início do XX, Ângela de Castro Gomes (2009, p. 26) aponta que era “uma categoria sócio-profissional de contornos pouco rígidos, ou seja, [devem ser visto] como produtores e mediadores de interpretações da realidade social que possuem grande valor político”. Salientando que eram articuladores do campo intelectual e político, indissociáveis naquele momento.

<sup>4</sup> Sobre a organização interna das revistas ver: SCHWARCZ, 1993, p.109.

Para os círculos intelectuais, ocupar-se deste tema ganhava sentido exatamente no momento em que a tarefa de construção da Nação colocava-se como prioritária, envolvendo o processo de integração física do território e a discussão relativa às origens da Nação. Significava pensar o lugar das populações indígenas no projeto em construção, definindo um saber sobre estes grupos, para se tornar memória, a fixar e transmitir. (GUIMARÃES, 1988, p.20).

O estabelecimento dos indígenas enquanto povo brasileiro por excelência também passava pela produção literária. Buscando promover uma literatura autonomizada da antiga metrópole, D. Pedro II foi o grande patrocinador da vertente literária romântica que colocou o indígena como portador da identidade brasileira. Como salientou Lilian Moritz Schwarcz (1998, p.131), estes autores românticos estiveram informados pela história produzida pelo IHGB.

Neste momento reacendeu-se o interesse pela língua tupi-guarani, tornando-a o centro das discussões sobre a formação da língua brasileira. A questão da língua foi central na formação das nacionalidades europeias e no Brasil não foi diferente. Os literatos românticos tiveram um papel importante nesta construção (LIMA, 2003, p. 133-187). O próprio Imperador D. Pedro II foi central na instituição do tupi como fonte da nacionalidade.

O Tupi representava a matriz da nacionalidade, posto que foram as alianças e a mestiçagem luso-tupi que consolidaram a presença portuguesa na América e que estabeleceram os primeiros troncos de famílias brasileiras. A língua geral, ou *nheengatu*, ainda falada pelos mais fiéis representantes da brasilidade – os caboclos, caipiras e curibocas – foi cultivada pelos intelectuais oitocentistas, inclusive D. Pedro II, como a verdadeira língua nacional (MONTEIRO, 2001, p. 172)

Os indígenas aparecem nas obras de Domingos José Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar, entre outros, como heróis dispostos ao sacrifício pela nação. Em todas elas é o índio tupi que guarda as melhores características.

Em *o Guarani* (1857), vemos José de Alencar expressar a dicotomia que muitos anos mais tarde, em 1914, ainda estará presente na tese de Afonso de Freitas. Para o autor, *Peri*, o guarani, era todo virtudes, um nobre selvagem; já os Aimorés eram bárbaros que deveriam ser destruídos pela civilização (SCHWARCZ, 1998, p. 134-135). A obra de Alencar os define como “canibais”, esquecendo que os tupis também praticavam a antropofagia. Os Aimorés aparecem definidos pela falta, eram os não falantes do tupi. Eram, assim, menos humanos (LIMA, 2003, p. 176-178).

A mesma dicotomia estava presente na obra de Gonçalves Dias. Se por um lado o autor procurava inserir os índios na humanidade, criticando sua possível exclusão do

projeto nacional, o autor deixa entrever que os indígenas não eram considerados todos iguais. Em *I-Juca-Pirama (1851)*, poema cujo título é em tupi, está clara a distinção entre tupis e aimorés, estes últimos tidos como “vis” (LIMA, 2003, p. 184).

Desta maneira, travestiam-se os personagens indígenas de origem tupi com as características pretendidas aos heróis nacionais. Misturando-os à natureza de forma a consolidar uma unidade ente eles. Como destaca Kaori Kodama (2009, p. 30):

Eles impunham o olhar para a literatura nacional tecendo sobre ela toda a urgência de um tempo história a ser vivificado, cujo fundamento de equivalência ao modelo das antigas nações estava nos elementos vistos como primordiais: a paisagem brasileira e, nela, o índio. E ainda elaborava uma costura entre a natureza e o índio que já vinha sendo traçada.

Contudo, a elevação dos indígenas enquanto signo da brasilidade não foi aceita de forma homogênea no seio do IHGB. Francisco Adolfo de Varnhagen, assim como outros autores, foi um grande opositor do índio como símbolo nacional, vendo-o como incapaz de ascender ao estágio de civilização (TURIN, 2009, p. 44).

## **1.2. Os índios no IHGB: das teorias monogenistas à distinção tupi-tapuia**

Para compreender como se consolidaram estas diferentes posições sobre os índios, especialmente no que concerne a questão da raça, retornemos os momentos de fundação do IHGB. Já na segunda sessão os sócios debateram como deveria ser a periodização histórica do Brasil, colocando que a primeira delas deveria tratar dos índios, através da etnologia e da arqueologia, a segunda deveria relacionar-se ao descobrimento pelos portugueses e a estrutura administrativa colonial e a terceira agregar assuntos relativos à Independência (KODAMA, 2009, p. 66). Vemos que os índios estão inseridos no estudo sobre um passado que não existe mais. Tal posição marcará mais adiante a distinção entre os índios do presente e os do passado.

Segundo Monteiro, a apropriação das teorias raciais no Brasil esteve condicionada a uma construção anterior, do período colonial que, a partir de tratados crônicas e da legislação, construíra a imagem dos índios Tupi e dos “Tapuia”, definidos como se contraponto. Os Tapuia, seriam todos os não falantes de tupi, notadamente os povos de língua jê, e considerados potencialmente inimigos dos portugueses (MONTEIRO, 2001, p. 171-172).

Nestes anos iniciais do *Instituto*, já aparece como interesse fundamental conhecer as origens da “raça” indígena. Cunha Matos será um dos principais expoentes



nos debates arqueológicos e etnológicos que buscavam consolidar um passado para a nação brasileira:

Na década de 30 do século XIX, discursos como o de Cunha Matos a respeito da antiguidade do solo americano pareciam abrir uma fenda no presente histórico dos homens dirigentes do Império do Brasil, transportando os olhares dos contemporâneos a um distante passado – um passado que agora criava um novo sentido histórico para a nação brasileira que surgia em meio à afirmação de sua identidade (KODAMA, 2009, p. 63).

Para Kaori Kodama (2009, p. 102), Cunha Matos pode ser entendido como sintetizador do pensamento sobre os indígenas nestes primeiros tempos do IHGB. O autor não apenas buscou esquematizar o conhecimento sobre os nativos como hierarquizá-los a partir da noção de que uns eram mais socializáveis do que outros. Hierarquização esta que, com veremos, estará bastante marcada na tese *Distribuição geográfica das tribos indígenas na época do Descobrimento*.

A etnografia de parte dos sócios do IHGB buscou na materialidade e dos estudos linguísticos as origens das populações indígenas. Notadamente, estes estudos visavam na aproximação ou no distanciamento com outros povos (europeus, asiáticos e frequentemente na comparação com incas e astecas) compreender estas origens. A maior parte destes estudos estava ainda baseada em uma tradição de interpretação monogenista, consolidada na ideia de uma origem comum a todos os seres humanos. As diferenças eram então entendidas a partir das línguas babélicas (KODAMA, 2009, p.129). Veremos, que a tese de Afonso de Freitas trás ainda muito desta perspectiva das diferenças linguísticas, porém mais alicerçada nas ideias poligenistas, que se desenvolveriam adiante.

As explicações monogenistas, baseadas na concepção religiosa de que todos os seres humanos descendiam de Adão, se viu complementada pelas reflexões humanistas da Revolução Francesa. Ainda que alicerçados na ideia de uma humanidade única, pensadores como Rousseau ajudaram a consolidar uma visão dos indígenas como povos primitivos. Porém, este autor imprimia aos ameríndios a imagem de bom selvagem e os colocava como moralmente superiores aos contaminados pela civilização (SCHWARCZ, 1993, p.44).

Outros autores, também monogenistas, começavam a desenvolver uma visão mais negativa dos indígenas. Buffon e De Pauw, por exemplo, contribuíram para a consolidação da visão dos americanos como seres que haviam se degenerado, sendo a expressão da decadência da raça (SCHWARCZ, 1993, p.45-46) Assim,

Pensava-se a humanidade como um gradiente- que iria do mais perfeito (mais próximo do Éden) ao menos perfeito (mediante a degeneração)- sem pressupor, num primeiro momento, uma noção única de evolução (SCHWARCZ, 1993, p.48).

Foi esse tipo de visão monogenista que predominou até os anos de 1840 na produção do *Instituto Histórico*. Calcada nas ideias de Buffon, buscavam no meio físico, no clima e na alimentação explicações para a variedade humana. Cunha Matos partilhava do monogenismo, concebendo as distinções raciais como transformações de largo prazo, mas que advinham de uma ascendência em comum. Entretanto, o autor também apresentava ideias lamarckianas, calcadas na noção de que características adquiridas na adaptação ao meio poderiam ser transmitidas hereditariamente. Vê-se que o conceito biologizante que a raça iria adquirir posteriormente era ainda pouco fortalecido, este viés, apesar de presente, ainda não tomava o espaço das explicações por fatores sócio-culturais (KODAMA, 2009, p. 134-137).

Porém os estudos desenvolvidos na Europa, que se direcionavam cada vez mais para uma noção de imutabilidade das raças, se fizeram sentir nos estudos do IHGB. Segundo Hofbauer as ideias poligenistas teriam surgido na Europa em um momento no qual a ascensão da burguesia, por volta do século XVII, gerou a necessidade de critérios de inclusão social não fundamentados apenas nas escrituras bíblicas. Assim, gradualmente passou-se a buscar nos critérios físico-naturais as características de um grupo. No século XVIII, pensadores começaram a desafiar mais claramente o dogma cristão, e monogenista, de que todos os seres humanos descenderiam de Adão (HOFBAUER, 2006, p.103-106). A hipótese da poligenia pode ser entendida como uma reação à proposta de igualdade gestada pelas revoluções burguesas, preconizando uma separação de origem entre os seres humanos. Assim, sugeriam que os seres humanos teriam surgido em diferentes pontos do globo e a diferenças raciais seriam então fruto destas origens distintas.

No IHGB, o texto de Von Martius, publicado em 1844 e premiado em 1847, é considerado um marco na maneira de ver o papel das raças no Instituto. O autor coloca a mescla de três raças como a forma de construção da identidade nacional, lançando os indígenas como possível portador na nacionalidade brasileira, o branco como civilizador e dedicando pouco espaço aos negros. Ainda sim, Martius via os índios como degenerados, fadados a serem fagocitados pela civilização branca (KODAMA, 2009, P. 155). A questão da origem dos brasileiros aparece aí colocada:

Quanto à raça americana ou indígena, uma das primeiras averiguações é a da origem das tribos brasileiras; e em seguida se o estado de abjeção e de dissolução social, em que as acharam os portugueses, era o efeito do estado primitivo do homem e de uma associação nascente, ou antes se, como ensinam modernas investigações, indicava decadência e ruína de uma antiga e adiantada civilização (*RIHGB* 9, 1847, 281-282 apud MONTEIRO, p. 147)

Martius assinala que seria impossível que as tribos brasileiras fossem semelhantes aos povos da América Central, que tinham deixado grandes legados arquitetônicos. Veremos, adiante, que esta base de reflexão, que distingue os povos brasileiros daqueles formadores de grandes Impérios (como Incas e Astecas) voltará a aparecer com argumento na tese de Afonso de Freitas.

Para Martius, assim como para Francisco Adolfo de Varnhagen, a degeneração estava impondo a extinção dos nativos mesmo antes da chegada dos europeus. Porém, como já colocado, esta posição não era unânime, já que alguns autores atribuíam o desaparecimento dos nativos à violência sofrida na colonização. De qualquer maneira parecia imperar cada vez mais no seio do IHGB a ideia de que os índios estavam fadados ao desaparecimento (MONTEIRO, 2001, p. 147-148).

Como assinalou Kaori Kodama (2009, p. 133), nestes anos o negro ainda aparecia pouco em termos de raça, sendo a escravidão encarada pelos sócios do IHGB como principal problema. Porém a autora salienta que, alguns estudos já começam a dar os primeiros passos nesta direção.

Com relação aos índios, Monteiro chama atenção para o fato de que, no final do século XIX, estava fortemente marcado o contraste entre a busca pelas origens indígenas do Brasil e a visão negativa sobre os indígenas contemporâneos. Tal dicotomia ficou bastante expressa na Exposição Antropológica Brasileira, realizada em 1882, pelo Museu Nacional, onde “Botocudos” foram exibidos junto ao material arqueológico (MONTEIRO, 2001, P. 170).

A imagem dos índios criada no XIX reatualizava a antiga dicotomia tupi *versus* tapuia consolidada no período colonial. Os índios não falantes do Tupi-guarani passaram a ser analisados pelo discurso cientificista da época como a antítese do projeto nacional. Consolidava-se assim uma visão que distinguia os tupis e dos “outros”:

Tema de presença constante no pensamento brasileiro do século XIX, o contraste entre o índio histórico, matriz da nacionalidade, tupi por excelência, extinto de preferência, e o índio contemporâneo, integrante das “hordas selvagens” que erravam pelos sertões incultos, ganhava, pouco a pouco, ares de ciência (MONTEIRO, 2001, p.170).

Domingues e Romero de Sá (2003, p.98) também apontam neste sentido, os índios estiveram no centro das teorias sobre a raça e civilização nacional, em meados do século XIX, pois, naquele momento, os negros eram considerados estrangeiros e os indígenas vistos como mão de obra potencial e conhecedores dos sertões que se pretendia adentrar.

## **CAPÍTULO 2- OS ÍNDIOS VOLTAM A CENA: NACIONALIDADE, REPÚBLICA E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO**

### **2.1. Transição para a República: Misturas teóricas.**

Na Europa, como apontado, desenvolviam-se estudos que buscavam na natureza a explicação para as diferenças entre os seres humanos. Tais teorias tendiam a se distanciar de uma explicação teológica e associavam cada vez mais o físico ao intelectual e o moral. Assim, a raça foi ganhando contornos biologizantes. Os estudos antropométricos tiveram um importante papel neste processo, respaldando as escalas evolutivas da humanidade. Como escreveu Hofbauer (2001, p.124), ainda que não possamos descartar divergências, a raça passou a ser central nas explicações no final do século XIX:

A partir da segunda parte do século XIX, sobretudo no final do século XIX, na maioria das abordagens, a categoria de “raça” ganhava um conteúdo que independia totalmente de contextos geográficos e climáticos. As “classificações raciais” que surgiram nesse contexto baseavam-se agora num “ideário biológico” ou tinham, por vezes, como referência também estágio de evolução (neste caso, a argumentação racial mesclar-se-á com concepções evolucionistas). Na análise de muitos autores, porém, “raça” apareceria como um fator que determina em boa parte a constituição física e mental do ser humano e seria, portanto, tratado cada vez mais como uma “categoria biológica”.

A publicação da teoria evolucionista de Darwin, em *A origem das espécies* (1859), impactou seriamente os meios científicos europeus. Ao mesmo tempo que colocava a humanidade como advinda de um mesmo ancestral em comum, questão cara aos monogenistas, retirava da esfera divina essa ancestralidade. Ganhavam força, a partir daí as ideias evolucionistas, não necessariamente atreladas à teoria darwinista.

Segundo Schwarcz (1993, p. 55-56), tanto monogenistas, quanto poligenistas passaram a adotar um modelo evolucionista. Para ela, os poligenistas teriam aceito um ancestral em comum na pré-história, mas tão distante que o tempo havia se encarregado de transformá-los em seres muito distintos. Para estes, o darwinismo havia introduzido a noção de antiguidade da “seleção natural” e transformado os antigos poligenistas em darwinistas sociais. Os monogenistas seguiam hierarquizando as raças por critérios morais e tomavam os rumos da etnografia cultural como explicação. Veremos,

entretanto, que a apropriação (ou a negação) das teorias de Darwin não configurou blocos tão monolíticos assim e não dissipou as explicações anteriores ao seu trabalho.

Como colocaram Heloísa Domingues e Magali Romero de Sá (2003, p. 97), a construção da ciência é um processo complexo que delinea-se a partir da interação entre “ processos de racionalidade e estilos científicos” e receptividade do meio. No Brasil, o evolucionismo e as teorias raciais vinham se configurando como as principais formas de idealização da nação. Esta marcha para o progresso, delineada pelos intelectuais, esbarrava ainda na questão da escravidão.

Se, como dito, parte dos intelectuais do IHGB viam a escravidão como principal fator da incivilidade dos negros, arquitetavam-se também explicações mais racializadas da questão. Com aprofundamento da visão de raça derivado das observações morfológicas, os negros passaram a ser tratados com incivilizáveis, sendo alocados na pior posição da hierarquia racial. Estava no cerne destes debates a questão de que, estando finda a escravidão, os africanos e seus descendentes precisavam ser substituídos.

Desta maneira as teorias raciais pareciam uma forma de justificar uma hierarquia social excludente no momento em que a eminência da abolição prometia intensificar a massa de ex-escravos e de livres de cor. Era preciso então estabelecer critérios distintos de cidadania (SCHWARCZ, 1993, p.18). Hebe Mattos (2009, p. 33) aponta que no final do século XIX o discurso racial, cada vez mais embasado no modelo científico, foi responsável por uma exclusão social ainda mais intensa dos negros, alijando inclusive os intelectuais negros que no oitocentos haviam tido participação marcante no processo de abolição.

Os projetos de substituição dos escravos por trabalhadores livres tomaram diferentes vieses. Tinham como plano de fundo uma tentativa de evitar o desregramento da população, estabelecendo o controle e a disciplina necessários para atingir o progresso imaginado para a nação brasileira (AZEVEDO, 2004, p. 51). Uma das possibilidades efetivadas foi de trazer imigrantes brancos para o Brasil. O incentivo a vinda de europeus para o país se inseria na possibilidade de branqueamento amplamente desenvolvida entre os meios intelectuais brasileiros. Ao contrário da visão negativa da mestiçagem, bastante arraigada na Europa, no Brasil alguns autores desenvolviam uma noção positiva da mistura, almejando que através dela seria possível branquear a população.

Portanto, em termos gerais, o Brasil teria uma raça, ou um tipo ou, ainda um povo (o conceito empregado não importa) nacional. Em suma, a característica que faltava para definir a nação. Sendo assim, os imigrantes tinham um papel adicional a exercer: contribuir para o branqueamento, e ao mesmo tempo, submergir na cultura brasileira através de um processo de assimilação (SEYFERTH, 1996, p. 49).

Com relação aos índios também as teorias raciais respaldavam projetos excludentes, refletindo-se na política indigenista. O modelo tupi-tapuia repercutia em políticas que podiam variar da assimilação à repressão, da catequese ao extermínio:

Neste contexto, as doutrinas raciais – que pregavam a inerente inferioridade dos índios, a impossibilidade dos mesmos atingirem um estado de civilização e, por fim, a inevitabilidade de seu desaparecimento da face da terra – teriam um lugar de destaque no debate em torno da política indigenista (MONTEIRO, 2001 p.171).

Tendo-se abolido a escravidão e se proclamado a República, as questões de raça assumiram novas configurações, diante de um contexto diverso. Segundo Ângela de Castro Gomes (2009, p. 22-24) criou-se uma imagem da Primeira República como um período de fracasso político, no qual não havia sido possível criar um sentimento de nacionalismo. A autora contrapõe-se a isto, demonstrando que a o governo republicano no Brasil foi capaz de criar um imaginário cívico afinado aos projetos políticos das elites. Para ela, este foi um momento de produção de debates e novas versões para a história do Brasil. O novo regime exigia a construção de um passado e de um futuro. A república e a abolição colocavam a questão da construção da nação como ainda mais central nos debates políticos e da produção intelectual:

A Abolição e a República impactaram profundamente o processo de construção da identidade nacional brasileira, até porque apenas depois desses eventos foi possível “imaginar” a existência de uma nação construída por um “povo”, ou seja, integrada juridicamente por homens livres. A própria eclosão de debates políticos e de uma variada produção intelectual que discutia a existência ou não de um “povo brasileiro”, bem como o que tal presença ou ausência podia significar, aponta para o novo delineamento das questões políticas e culturais trazidas pelos século XX, no que se refere ao processo de construção não mais do Estado (state-building), mas também da nação (nation-building). (GOMES, 2009, p. 24-25)

Como bem colocou Roberto Ventura (2000, p. 332), o processo de abolição da escravidão somado a transição para a República trazia aos escritores, políticos e cientistas a necessidade de repensar a identidade cultural brasileira. Se por um lado seguia-se a busca pelas características originais do povo brasileiro, por outro se aprofundava o ideário de construção de uma nação branca, baseada em um modelo europeu, no país. Assim:

Adotavam teorias sobre a inferioridade das raças não brancas e das culturas não-européias, ao mesmo tempo que buscavam as raízes da identidade em manifestações compósitas e mestiças (VENTURA, 2000, p. 332).

A consolidação de um conceito mais biologizante da raça no final do século XIX dividiu as opiniões científicas sobre os índios em duas posições distintas. Ambas concordavam que os indígenas constituíam uma “raça” em vias de extinção. Porém, uma delas seguia a linha esboçada no período imperial salientando as características positivas dos nativos para a constituição da nacionalidade. Nesta perspectiva o elemento indígena deveria ser partícipe do processo de mestiçagem que caracterizaria o Brasil. Outra, mais respaldada pela literatura estrangeira, salientava os pontos negativos da “raça” indígena, suas desvantagens físicas, morais e intelectuais, e pretendia excluir os índios do futuro da nação. Esta perspectiva estava fortemente enraizada na visão evolucionista, que passava a pregar que a civilização não era possível para todos e respaldou a eliminação de sociedade consideradas primitivas em todo o mundo (MONTEIRO, 2001, p. 174).

No *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, do qual Afonso de Freitas foi destacado membro, os debates a respeito dos indígenas foram centrais. Como apontou Schwarcz (2003, 125-129), ao contrário do *Instituto* sediado na Corte, o IHGSP, fundado em 1894, já nasceu filiado à República. Desenvolveu-se ali uma história que buscava conectar São Paulo à nação brasileira, sem deixar de ressaltar as hipotéticas especificidades dos paulistas.

Na Revista do IHGSP a temática indígena foi recorrente. A orientação teórica tinha um viés evolucionista e determinista racial, mas flutuava entre uma visão poligenista e monogenista de explicações. Muitas vezes, tal oscilação era visível nos escritos de um mesmo autor. Em todas elas, diferentemente de outros meios científicos do período, imperava uma visão otimista do futuro da nação. Assim,

também no IHGSP não se pode procurar uma coerência teórica absoluta. Da mesma maneira que os outros institutos históricos, o grêmio paulista soube misturar evolucionismo e darwinismo social, poligenismo e monogenismo, conclusões científicas e religiosas (SCHWARCZ, 1993, p.131).

## 2.2. O I Congresso Nacional de História



Nos primeiros momentos da República o IHGB sofreu um enfraquecimento porque tinha íntima interlocução com a monarquia, que inclusive o financiava. Porém, passados os primeiros anos dos governos militares, o *Instituto Histórico* se reergueu, configurando um novo discurso e uma nova prática. Seguiu-se tendo como ponto central a questão da caracterização do povo brasileiro, mas o novo contexto impunha pensar um passado que não desmerecesse o período imperial, mas também elevasse os valores da República (GOMES, 2009, p.30-31)

O *Instituto Histórico* rearticulou-se principalmente, mas não apenas, através da participação de uma elite eclesiástica que tecia duras críticas à separação entre o Estado e a Igreja. Assim, desenvolveu-se no Instituto um discurso científico imbricado à religião, também afinado às transformações mais gerais da Igreja Católica, que buscava reconciliar-se com o mundo moderno e não combater a ciência (HRUBY, 2009).

Neste panorama de recente transição para a República e com esta herança teórica sobre o pensamento racial começou a desenvolver-se a organização do *I Congresso de História Nacional* realizado pelo IHGB no Rio de Janeiro, em 1914. Como assinalou Lúcia Guimarães, ainda que o *Congresso* tenha começado a ser pensado em 1903, essa foi uma reunião tardia, já que os sócios do IHGB participavam ativamente de eventos científicos na Europa há vários anos. A autora explica essa reunião retardatária como fruto das complicações que a instituição sofreu após o fim da monarquia (GUIMARÃES, 2005, p. 150).

Como explicitou-se anteriormente, as preocupações com a formação de uma nação sempre estiveram no cerne das discussões do *Instituto*. Neste período a guerra na Europa acentuava a necessidade de afirmação nacionalista dos membros do IHGB.

Assim, o Congresso organizou-se em nove grandes sessões<sup>5</sup>, sendo uma delas a *História das explorações arqueológicas e etnográficas*, onde foi apresentada a tese oficial de Afonso Antônio de Freitas, intitulada *Distribuição geográfica das tribos indígenas na época do Descobrimento*.

Para cada uma dessas sessões poderiam ser apresentadas teses oficiais e teses avulsas. As oficiais tinham temáticas pré-definidas e foram escritas por autores convidados pelo IHGB. Já as avulsas eram de livre iniciativa dentro do tema. Na sessão de *História das explorações arqueológicas e etnográficas*, organizada por Edgar Roquette-Pinto, além do texto de Afonso de Freitas foram apresentadas outras duas

---

<sup>5</sup> Atas do Congresso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo Especial, 1914, v. I.

teses oficiais que versavam sobre questões “indígenas” e mais duas que tratavam dos africanos, uma delas oficial e outra avulsa<sup>6</sup>.

Lúcia Guimarães (2005, p. 153-154) chama atenção para o fato de esta sessão, junto com a de *História Econômica*, ter tido muito menos teses inscritas do que outras, como, por exemplo, a de *História Literária e das Artes*, que teve 16 teses apresentadas, ou a de *História Constitucional e Administrativa*, com 18 apresentações. A autora dá como explicação para a pouca adesão às sessões citadas o fato de serem ciências “emergentes”.

Vimos, porém, que no período imperial as questões relativas aos índios ocupavam a maior parte dos escritos da *Revista do IHGB*. Esta diminuição no interesse pelas conteúdos relacionados aos indígenas, em especial as suas origens, talvez pudesse nos apontar que novas questões tomavam seu lugar na conformação de uma identidade nacional. Contudo, a permanência desta temática, revisitando teorias já bastante alicerçadas entre alguns intelectuais do IHGB, explicita, por outro, que o lugar dos índios e a origem dos brasileiros, não eram ainda um ponto pacífico na história.

Em contraste com a pouca presença das temáticas indígenas no *I Congresso*, a questão dos africanos e afrodescendentes ganhava espaço nas reflexões do IHGB. Talvez a abolição recente e a preocupação frequente com a questão da mestiçagem, e do branqueamento, tenham feito com que os indígenas perdessem um pouco do destaque na questão da formulação da nacionalidade. O recorte cronológico escolhido pelo *I Congresso* já sinalizava que a escravidão era central nos debates; as teses apresentadas deveriam enquadrar-se entre a época do “Descobrimento” e a Lei do Ventre Livre (1872). Segundo Xavier (2013, p.104), em várias sessões os escravos, o tráfico e a cultura negra estiveram presentes nas discussões.

Mas, no *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, do qual Afonso de Freitas fazia parte e era ativo nos debates, a questão indígena, como dito, seguia na ordem do dia. Foi especialmente em torno dos Guaianá que as discussões se desenvolveram. Toda uma tradição de relatos e estudos na colônia e império tinham filiado os Guaianá, nativos do planalto de Piratininga, ao tronco tupi-guarani. Assim, com o advento da República já estava bastante consolidada a tradição ligação dos paulistas aos tupis ancestrais (MONTEIRO, 2001, p. 180-183).

---

<sup>6</sup> Eram elas: A contribuição ethnographica dos Padres da Companhia de Jesus e dos chronistas leigos dos primeiros seculos; Os naturalistas viajantes dos Seculos XVIII e XIX e o progresso da ethnographia indigena no Brasil ; As As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, e por fim As tribus negras importadas. Estudo ethnographico sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos.

Na *Revista* do IHGSP, vários autores contrariavam as evidências de que os Guaianás provinham do tronco linguístico Jê, sendo mais próximos dos contemporâneos Kaingang, e exaltavam o idioma-tupi guarani.

Mais grave ainda, aceitar a noção de que os Guaianá eram Tapuias significava que todo o modelo da nacionalidade defendida pelos paulistas, calcado na unidade do Tupi-Guarani, podia ser desafiado. Era justamente isso o mais inadmissível, no contexto da época em que o espelho Kaingang não proporcionava o retrato desejado pelos paulistas (MONTEIRO, 2001, p. 183).

Tais discussões tinham como plano de fundo o confronto entre o que pregavam as ideologias raciais sobre os índios, estabelecendo-os como pertencentes às raças inferiores, e as origens dos paulistas, sabidamente marcadas pela mestiçagem com os nativos (MONTEIRO, 2001, p. 184).

Afonso de Freitas esteve totalmente envolvido neste debate sobre as origens tupi ou tapuia dos paulistas. Foi secretário do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* paulista e depois seu presidente, entre 1922-1930<sup>7</sup>. O cargo de secretário, como apontou Lilian Schwarcz (1993), era mais importante do que o de presidente, que era mais ilustrativo do que efetivo. No entanto, o fato de ter ocupado os dois cargos na instituição demonstra ter sido amplamente reconhecido por seus pares.

Além disso, Afonso de Freitas era membro da Academia Paulista de Letras e formado em humanidades na Escola Mineira. Na década de 1920, já havia publicado várias obras entre elas *Tradições e reminiscências paulistas; Dicionário Histórico, Topográfico, estatístico, biográfico, bibliográfico e etnográfico de São Paulo*. (FERREIRA, 2001, p. 150-151). Em *Os Guayanás de Piratininga*, de 1910, posicionou-se fortemente contra os autores nordestinos que filiavam o grupo indígena aos povos jê, sendo o mais veemente defensor das origens tupi dos paulistanos (MONTEIRO, 2001, P. 185).

Foi também autor do livro *Vocabulário nheengatu*, publicado postumamente por seu filho, também membro do IHGSP, em 1936, onde discutiu o vocabulário tupi (JORGE, 2003, p. 242). Além disso, foi o pesquisador que mais escreveu artigos para publicação no IHGSP (SCHWARCZ, 2003, p. 263, nota 37).

Ferreira aponta que os vários textos de Afonso de Freitas davam ênfase à ação dos missionários católicos. Talvez tal orientação religiosa, tanto do autor quanto de

<sup>7</sup> A informação sobre a presidência do IHGSP está em <http://ihgsp.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/presidentes.php>

outros membros do IHGB, ajude a explicar a permanência de teorias ainda alicerçadas em debates de cunho teológico na tese de 1914:

Explicita-se em seus textos, dessa maneira, uma história de conteúdo religioso, que muito traduz dos compromissos entre ciência e espiritualidade, característica da historiografia do IHGSP (FERREIRA, 2001, p. 150).

O envolvimento de Freitas com a questão racial não se restringiu aos indígenas. Dedicou-se, logo após o *I Congresso*, à busca pelos restos mortais do padre Diogo Antônio Feijó (encontrados em 1918), e utilizou métodos de Medicina Legal e da Antropologia para provar que o regente não era mulato e sim um “branchycephalo”. Na justificativa de tais argumentos o autor retomou a questão das origens dos brasileiros, tema implícito na *Distribuição geográfica das tribos indígenas...*, demonstrando claramente sua preocupação com a questão racial. A origem branca de Feijó rechaçaria então a “presunção de que se imbuíram as velhas raças civilizadas e nós mesmos, os brasileiros, nos achamos impregnados, da existência de raças inferiores” (FERREIRA, 2001, p. 155-156).

O fato de Freitas ter sido convidado a escrever sobre a questão das origens dos índios no Brasil pelos membros do IHGB que organizavam o *I Congresso*, bem como os cargos que ocupou no IHGSP, demonstram que suas teses eram respeitadas por seus pares. Sua ampla produção, seja a publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* seja em forma de livros, também aponta para a circulação de suas ideias entre os intelectuais do período. Evidentemente isso não significa que todos os membros do IHGB compartilhassem dos pressupostos de seus estudos, mas aponta que existia algum consenso sobre a pertinência de suas teorias.

## CAPÍTULO 3- A TESE DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS TRIBOS INDÍGENAS NA ÉPOCA DO DESCOBRIMENTO

### 3.1. Pensando a poligenia através da monogenia: as origens dos brasileiros

A tese *Distribuição geographica das tribos indígenas na época do Descobrimento* está dividida em duas partes, a primeira parte chamada *Os primitivos habitantes do Brasil* e a segunda intitulada *Situação geográfica das tribos indígenas na época do descobrimento do Brasil*. Inicia justamente na indagação sobre as origens dos indígenas brasileiros, avançando, com isso, nas teorias sobre a origem dos seres humanos de maneira geral. Como vimos até aqui, este questionamento já era, durante o período imperial, central entre os sócios do IHGB que debatiam a arqueologia e etnografia. Também no começo da República estes debates haviam se reacendido no IHGSP, configurando-se como negação de um passado não tupi por parte dos intelectuais daquela instituição.

O texto de Freitas, apesar de supostamente dar a questão como definida, aponta que a origem dos indígenas brasileiros seguiu sendo uma inquietação dos intelectuais preocupados com a história nacional. Assim coloca:

No presente trabalho deixaremos de tratar da origem exótica das diversas raças aborígenes do novo continente, não só por ser este um assunto por demais debatido e porque dele já muito dissemos em outros estudos, como por estarmos perfeitamente convencidos de nada terem de comum os primitivos habitantes do Brasil, dos quais exclusivamente nos vamos ocupar, como os povos de indiscutível procedência estrangeira, tais como os Symoiedas ou seus descendentes, os esquimós das regiões gélidas do norte, as migrações escandinavas, prováveis ascendentes dos Peles-vermelhas, e nem com as civilizações pré-colombianas do novo mundo (FREITAS, 1915, p. 491).<sup>8</sup>

Já aí se esboça uma divisão hierárquica entre os diferentes grupos ameríndios. Os indígenas brasileiros não teriam relação com outros que descenderiam de povos “estrangeiros”; como, por exemplo, os “peles-vermelhas” (possível referências aos nativos norte-americanos) que seriam descendentes dos escandinavos, povo que ocupava uma posição mais elevada na hierarquia das raças. Transparece a noção de que a ascendência determina os rumos do grupo social, ideia cara a ideologia racista. Logo, para Freitas era necessário estabelecer diferentes origens para povos que, mesmo habitando o continente americano, apresentavam graus de “civilização” distintos.

---

<sup>8</sup> Em todas as citações do texto de Afonso de Freitas a escrita foi atualizada por mim.

Durante toda a tese os grupos indígenas foram tratados como “raças” diferentes entre si. Ou seja, Freitas não reproduz um esquema simples no qual as raças brasileiras seriam a branca, negra e a indígena, mas sim complexifica estas categorias, estabelecendo distinções raciais, entendidas como herdadas e imutáveis, entre os próprios grupos indígenas.

Ainda que o autor pareça acreditar na existência de diferentes raças entre os indígenas, que os teriam tornados culturalmente muito distintos uns dos outros, contraditoriamente chama essas raças de “irmãs”, deixando entrever alguma proximidade entre elas. Assim, a distinção entre os grupos aparece por vezes como diferenças entre “nações”. O trecho em que trata da história dos Caetés exemplifica bem esta ambiguidade:

Enfraquecidos na luta contra seus *irmãos de raça*, foram afinal vencidos e exterminados como *nacionalidade* (...). Os poucos caetés escapos à hecatombe da sua *nação* internaram-se pelo sertão, onde jamais conseguiram recompor-se em corpo de *nação*. (FREITAS, 1915, p.500, grifos meus).

O autor coloca que as constatações sobre as origens dos “primitivos brasileiros”, apresentadas no artigo, derivam de estudos linguísticos, das observações a respeito da cultura e das transformações pela migração:

(...) a convicção, por nós adquirida em relação ao assunto, é resultante do demorado estudo do confronto da linguagem dos nossos indígenas em seus vários idiomas e múltiplos dialetos, não só em relação as afinidades etimológicas que apresentam, como principalmente ao conjunto de regras gramaticais a que se subordinam; aos usos e costumes de cada nação e, finalmente às modificações destas e daquelas como consequência da dispersão das primeiras aglomerações étnicas de determinado habitat por todo o imenso território brasileiro (FREITAS, 1915, p. 492)

Acrescenta que também levará em conta “o confronto da bizarra e privilegiada situação geográfica” do território brasileiro (FREITAS, 1915, p. 492). Tais bases de análise nos remetem às formas interpretativas ligadas às teorias monogenistas. Como apontado, no século XIX, as teorias que viam a humanidade como descendente de uma origem comum alicerçavam-se nos estudos linguísticos e apostavam nas alterações do meio para explicitar as diferenças entre os seres humanos. Contraditoriamente, o autor utiliza estes mesmo fatores para lançar sua hipótese da poligenia.

Menciona que apesar dos intensos debates em torno da questão das origens “das populações brasílicas pre-Cabralinas” nenhum levou em conta a “teoria do poligenismo”. Segundo Freitas, teria surgido aqui “por geração espontânea ou qualquer outro meio”, uma “raça nova e distinta”. Tal hipótese baseava-se na “na impossibilidade

da dispersão humana por todos os recantos do planeta no grau de *deficiência* tal demonstrado pela conformação e espessura dos crâneos da Lagoa Santa” (FREITAS, 1915, p. 492, grifo meu).

Vemos, portanto, que em meados do século XX o poligenismo se colocava como alternativa nos meios intelectuais brasileiros consagrados. Supostamente os estudos de Darwin teria suplantado esse tipo de explicação, porém com já abordado, as teorias raciais não seguiram uma orientação cronológica tão linear assim.

Domingues e Romero de Sá apontam que a teoria de Darwin teve tanto opositores quanto adeptos no Brasil e que a figura do Imperador D. Pedro II, foi central na contestação do darwinismo. A correspondência do Monarca com Quatrefages foi um dos veículos de difusão de tais ideias (DOMINGUES e ROMERO DE SÁ, p. 101). Tendo em vista o proeminente papel do imperador no IHGB não é de se estranhar que tais concepções tenham se enraizado no pensamento dos sócios do Instituto e não definido com a monarquia.

Estava no cerne destas discussões, travadas pelo monarca e por outros intelectuais preocupados com as questões da origem da humanidade, justamente os crânios encontrados por Peter Wilhelm Lund em Lagoa Santa. Os antropólogos João Batista de Lacerda e Rodrigues Peixoto (1878) do Museu Nacional ganharam amplo reconhecimento ao analisar os crânios de indígenas de várias regiões do país e os compararem com os de Lagoa Santa. As conclusões sobre a inferioridade dos “botocudos”, tidos como tão primitivos como os de Lagoa Santa, apontavam, segundo aqueles pesquisadores, para a hipótese da poligenia. Sendo assim, a América seria um dos centros de criação, que posteriormente teria recebido outros povos que se fundiram com esta raça primitiva (DOMINGUES e ROMERO DE SÁ, p. 105).

Vemos, portanto, que apesar de reclamar a exclusividade no pensamento de sua tese, Afonso de Freitas estava inserido em um contexto intelectual que já discutia a quase quarenta anos sobre as mesmas bases e inclusive a partir das mesmas “evidências” (os crânios de Lagoa Santa) a ideia da poligenia. Suas próprias explicações sobre os crânios de Lagoa Santa e a poligenia já haviam sido publicadas, em 1909, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*<sup>9</sup>.

A tese apresentada no *I Congresso*, não advinha das observações antropométricas ou frenológicas, mas ancorava-se na linguística para rechaçar a

---

<sup>9</sup> FREITAS, Afonso A. de Freitas. A auctoconia dos selvagens brasileiros. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. XIV, 1909, p. 213.

hipótese da ancestralidade comum a todos os seres humanos. O autor dava menos importância à cor dos indivíduos (entendida como característica “superficial”) e mais ênfase à impossibilidade de que seres de uma mesma raça ou de uma mesma origem emitissem sons tão distintos:

Mas, si considerarmos ser um só o gênero humano e a estrutura do indivíduo, à exceção do pigmento e de outras diferenças externas e superficiais, rigorosamente igual em todas as raças, claro está que o órgão vocal humano, qualquer que fosse a origem e a raça do indivíduo, teria emitido os sons vogais, idênticos em todos os idiomas como ponto de partida para a formação das línguas particulares (FREITAS, 1915, p. 493, grifos meus).

Essa interpretação das diferenças fonéticas traduzidas como diferença racial é bastante peculiar. O próprio autor as coloca em oposição aos estudos que buscavam na proximidade das produções materiais dos grupos humanos a explicação para suas origens (FREITAS, 1915, p. 493).

### 3.2. Tupis e tapuias: origens determinantes

Na tese de Freitas está bastante nítida a dicotomia tupi-tapuia. As diferenças entre tupis e os “outros” estavam marcadas pelas origens destes povos e teriam consequências nas manifestações culturais e sociais destes grupos. Os tupis eram portadores das melhores qualidades, enquanto os pertencentes a outros grupos linguísticos foram sempre depreciados, recebendo as piores características. Tal oposição se insere na questão das origens dos paulistas e retoma mais uma vez a formação da raça brasileira.

Mencionamos que Freitas foi atuante nos debates a respeito da questão Guaianá em São Paulo. Ele foi o primeiro a contestar João Mendes de Almeida a respeito da filiação tapuia do grupo indígena considerado ancestral dos paulistas. Antes mesmo do *I Congresso*, o autor empenhou-se em refutar as conexões dos paulistanos com estes nativos, considerados inferiores: “destruindo a pecha de que o paulista descende de tapuia!” (Freitas, 1910; Freitas, 1936, 15-16 *apud* MONTEIRO, 2001, p. 185). Assim, veremos que na tese *Distribuição geográfica...os Guianás* foram considerados autênticos guaranis, afastando os paulistas da contaminação por uma raça inferior.

Portanto, a distinção de procedência, explicada pela poligenia, entre os tupis e os “outros” é central na tese de Freitas. Os “primitivos brasileiros” descenderiam de dois troncos, um deles autóctone, gerado nas bacias do Prata e do Amazonas, e o outro, o dos



tupi-guarani, que teriam “descido em tempos imemoriais do planalto boliviano a leste e ao sul do Lago Titicaca” (FREITAS, 1915, p. 493).

Este “primeiro ser humano de uma raça distinta”, ou seja, o povo “autóctone”, seria o ancestral dos Aimorés, personificados sempre como a antítese tupi. Sobre a maneira como teria se gerado este grupo, o autor apresenta explicações múltiplas, não se situando em uma corrente teórica única. Para ele, estes autóctones poderiam ter surgido por “geração espontânea, simplesmente pela vontade divina, quer pelo sistema de catástrofes de Cuvier, ou pelas leis darwinistas da evolução” (FREITAS, 1915, p. 494).

Já os tupis teriam a mesma origem dos povos que depois se tornariam a “civilização dos Incas”. A narrativa sobre a raça entremeia-se a do ambiente, deixando ver um determinismo da paisagem sobre os humanos. No caso dos tupis, o meio é positivado, assim, seus ancestrais teriam se expandido pela “eterna primavera das florestas de Pindorama”. Em tudo esta “raça” seria superior: eram “mais adiantados que os povos bíblicos” na construção de embarcações; eram também conhecedores da fermentação, “aplicavam na com indústria no preparo do famoso cauim”. Eram agricultores e tecelões. Apesar de não ter religião, acreditavam no poder superior de Tupã e na imortalidade da alma, além disso, mantinham o culto aos mortos. Não aceitavam o adultério e praticavam a lei de Talião. Com relação à propriedade foram considerados mais adiantados dos que os próprios brancos, teriam atingido “o mais perfeito e completo comunismo, que a organização social dos povos ultra-civilizados modernos está ainda muito longe de alcançar” (FREITAS, 1915, p. 496-497).

Essa positividade dos povos tupi ancestrais também estaria refletida naqueles que puderam manter sua pureza racial na época do “Descobrimento”. É o caso dos Tabajaras, “índios tupiniquins, dóceis e bons, como em geral o eram os desta nação. Fizeram-se amigos dos portugueses, aos quais por mais de uma vez defenderam dos assaltos e da sanha vingativa dos Caetés” (FREITAS, 1915, p. 501).

Mesmo os Caetés, povo considerado inimigos dos portugueses, franceses e também de outros índios tupis, como os tabajaras e potiguaras, tiveram sua história narrada em termos mais amistosos do que o não tupi. Freitas os descreve como “bravos filhos das selvas sitiados por inimigos”. O fato de terem praticado a antropofagia com o bispo da Bahia não ganha nenhum destaque, não recebendo qualquer desqualificativo (FREITAS, 1915, p. 500).

Os descritos como mais puros foram os Guaranis. Para Freitas, os guaranis encarnavam, até mais do que outros grupos, a perfeição da raça tupi. A idealização do

guarani enquanto índio convertido ao cristianismo remonta ao período colonial. No Império, consolidou-se, através da construção histórica e literária, a imagem heroica do grupo, como foi apontado no primeiro capítulo desta monografia. Desta forma, Freitas descreve que os Guaranis teriam se expandido conservando “inalterados os seus hábitos e a pureza de sua primitiva linguagem”, isso “por não terem cruzado nem entrado em contato com nenhuma outra raça” (FREITAS, 1915, p. 498).

Nesta caracterização dos guaranis fica bastante marcada a noção de raça como determinante do progresso de uma “nação”:

Não tendo os guaranis encontrado em seu caminho povos mais atrasados que lhes impedissem a marcha, conservaram em sua pacífica conquista a índole boa (FREITAS, 1915, p. 498).

É por serem os guaranis detentores das melhores características que os Guaianás, nativos de São Paulo, serão filiados a esta “raça”. A busca por uma ancestralidade grandiosa para os paulistas é desta maneira resgatada. Diante da impossibilidade de negar-se enquanto povo mestiço, fazia-se necessário que povo nativo do qual eram oriundos fosse de uma raça superior. Assim, para Freitas, “O território paulista nunca foi habitado pelo gentio tremembé, Cariry ou Quiririm” (FREITAS, 1915, p. 508), povos estes que não teriam origens tupi. A língua volta a ser a expressão da conexão da entre a nação e a raça:

[Os Guayanás] eram genuínos guaranis (...). Em Piratininga estudou o padre Anchieta o idioma dos Guayanás, que lhe deveria servir de veículo na catequese dos conterrâneos de Tibiriça: ora esse idioma, o único aborígene falado e escrito pelo taumaturgo da America e do qual compôs um trabalho intitulado Gramatica da língua guarani- outra não era se não o próprio gurani, e a verdade é que se desta raça era a língua falada pelos Guayanás, também a outra raça não poderiam eles pertencer (FREITAS, 1915, p. 509).

Freitas ao se contrapor às origens “tapuias” dos Guaianás, afirmando-os enquanto guaranis, opõem-se também a continuidade destes com os índios do presente. Assim, contesta “a generalidade dos tratadistas [que] acreditava procederem elas de raça diversa da tupi ou guarani, havendo até quem afirme serem elas os ascendentes dos modernos Caingangs” (FREITAS, 1915, p. 509). Tal versão sobre as origens dos paulistas comporta duas importantes questões sobre o passado: por um lado a filiação a um grupo racial superior e por outro a um grupo que já desapareceu, afastando-os da necessidade de não exterminar os Kaingang contemporâneos.

Portanto, a narrativa de Freitas dos vários grupos tupis da época do “Descobrimento” quase sempre culmina em seu desaparecimento. No trecho citado

sobre os Caetés, escreve que jamais conseguiram se recompor como nação; os tabajaras teriam sido “absorvidos pela população branca” e os Tupinaes “esmagados” após a conquista (FREITAS, 1915, p.500-501 e 506).

Se os tupis, ainda que no passado, aparecem desta maneira idealizada, outros grupos indígenas foram descritos por Freitas como contaminado com a impureza dos ancestrais dos Aimorés. Lembremos que a construção da imagem negativa dos Aimorés remonta ao período colonial, onde foram persistentes inimigos dos portugueses. Durante o Império, foram tidos na literatura romântica como bárbaros e cada vez mais encarnados como uma raça inferior. John Monteiro escreve que no relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, feito durante o período imperial, é possível observar uma visão racializada dos “Aimorés ou botocudos”<sup>10</sup>, advogando que eram incivilizáveis e pertencentes a uma espécie distinta. Segundo este presidente:

“Permita-me V. Exa. refletir que de tigre só nascem tigres; de leões, leões se geram; e dos cruéis Botocudos (que devoram e bebem o sangue humano) só pode resultar prole semelhante”.

Portanto, Freitas reatualiza os Aimorés como personificadores desta raça autóctone inferior. Eles seriam “descendentes diretos do homem de Lagoa Santa” e não teriam se misturado a nenhuma raça até “os dias de hoje”, sendo, portanto, a origem dos povos de “língua travada” do interior do Brasil (FREITAS, p. 506).

A “raça mista dos Goitacases” teria surgido da mistura entre os tupis e os Aimorés, que teriam contaminado os primeiros com sua selvageria. Tal incivilidade manifestava-se na língua travada destes povos:

Neste movimento de expansão foram alcançados pelas horas tupis na retaguarda avançavam na mesma direção: vencidos, mas não totalmente absorvidos, com os invasores se fundiram deixando adulterados o costumes dos vencedores pela *barbaria de seus costumes* de povos ainda *próximos de irracionalidade* e inteiramente modificada a linguagem tupi por sua algarvia primitiva, *deficiente conjunto de modulações travadas* (FREITAS, 1915, p. 495, grifos meus).

A concepção de mestiçagem como sinônimo de degeneração e inferioridade se desenvolveu na Europa do século XIX. Contudo, no Brasil esta celeuma teve diferentes apropriações, sendo vista por alguns autores como positiva e por outros como negativa. Nos anos posteriores ao *I Congresso*, Nina Rodrigues, por exemplo, através da medicina

---

<sup>10</sup> É a própria fonte citada por Monteiro que utiliza aimorés como sinônimo de botocudos.

legal, apontou para a degeneração através da mistura de “raças”. Já Silvio Romero via a miscigenação como possibilidade de branqueamento (VIANNA, 2007, p. 22-23).

Afonso Freitas no trecho citado acima parece aproximar-se mais da ideia da mestiçagem como decaimento da raça, contudo em outros momentos a mistura aparece positivada. Quando trata da expansão tupi a visão otimista da mescla de raças fica patente:

(...) e se não conseguiram nele os povos que se deslocaram conservar a homogeneidade da raça e dos primitivos costumes, apresentou, entretanto, a relativa vantagem de se fundirem com os autóctones, modificando-os e melhorando-os com a difusão do seu sangue e com a prática de seus hábitos incontestavelmente mais brandos e humanos (FREITAS, 1915, p. 497).

A língua não seria a única característica negativa atribuída aos não tupis. Eles foram descritos como nômades, que viviam em cavernas, ignorantes de Deus, não praticavam o culto dos mortos, “pobres parias do Mundo novo”, com concepções de belo totalmente negativas, já que tinha por hábito furar lábios e orelhas para colocar “enormes rodela de madeira, que lhes davam às feições o cunho de selvática ferocidade, mostra bem terem eles possuído a intuição do horrível”. (FREITAS, 1915, p. 494). Ocupavam, portanto, o lugar de incivilizados:

Sem resquício sequer de civilização, jazendo num grau de adiantamento intelectual, muito inferior aos dos Tupis-Guaranis, seus usos e costumes tocavam às raias da irracionalidade (FREITAS, 1915, p. 495).

Ao caracterizar as tribos da época do “Descobrimento” novamente as características não tupis são as salientadas como ruins. Na concepção de Freitas os Goitacazes, mistura dos tupis com Aimorés, teriam herdado características dos dois ascendentes, porém as dos últimos são totalmente negativas:

Dessa aproximação surgiram os Goitacás, que do Tupi herdaram, além de diversos caracteres físicos, a prática dos folguedos e a arte da natação, e dos Aimorés a insociabilidade e a fereza (FREITAS, 1915, p. 507).

Também ao descrever os Tamoios, “legítimos tupis”, é a contaminação pelo elemento Aimoré que atribui às más práticas do grupo. Foi na guerra contra eles que adquiriram a “fereza” e o “hábito de furar o beijo inferior” (FREITAS, 1915, p.507).

Segundo Monteiro (2001, p. 184), a antropofagia entre os tupi foi um tema que preocupou fortemente Afonso de Freitas. Na defesa dos Guaianás, Freitas classificou como “balela” a “antropofagia divulgada pela crônica”, comparando estes rumores àqueles que propagavam história de canibalismo nas guerras religiosas europeias.

De fato, na tese a antropofagia ilustra bem as diferentes visões do autor sobre os grupos indígenas. Entre os tupis a prática é apontada como algo cultural e advinda do contato com os menos civilizados: “(...) nunca, porém, constituiu um hábito se não cerimônia de guerra em que por vingança devoravam os prisioneiros” (FREITAS, 1915, p. 497). Os idealizados Guaranis, por não terem entrado em contato com estes “autóctones” não teriam sequer adquirido este mau hábito. Da mesma forma, também não foram contaminados por eles no uso “bárbaro do tembetá”, adquirido pelos tupis através do contato com estes grupos selvagens (FREITAS, 1915, P. 498). Já a antropofagia tapuia é apontada como frequente, sendo a carne humana necessária como alimento: “morreriam de fome se não se lançassem a antropofagia” (FREITAS, 1914, p. 495).

Portanto, a tese de Freitas permite observar uma concepção racista, na qual é a raça que determina a cultura. Porém duas posições antagônicas parecem imperar. Se em alguns casos, como no dos Goitacazes, seria necessário uma mistura de sangue, em outros, como no dos Tamoios, a raça poderia adquirir características de outro grupo apenas pelo contato com ele.

De toda maneira, é a raça, expressa na língua, que marca a separação entre os grupos de origem tupi e os que não o são na tese *Distribuição das tribos...* É a noção de que as características raciais são imutáveis e hereditárias que faz com que seja necessário à Freitas adotar a teoria da poligenia, mesmo que muito dos seus pressupostos estejam mais afinados a corrente monogenista, para legitimar supostas diferenças essenciais entre os índios tupi, relegados ao passado, e os tapuia do presente.

## CONCLUSÃO

Afonso de Freitas, na tese oficial apresentada no *I Congresso de História Nacional*, retoma uma posição presente desde os primeiros estudos do IHGB. Seus pressupostos teóricos inserem-se na busca pela formação de uma identidade nacional que encontrou no índio a fonte da nacionalidade. Porém elevar os indígenas à condição de brasileiros por excelência esbarrava nas teorias raciais europeias que vinham se desenvolvendo ao longo do século XIX e que, cada vez mais orientadas por um discurso cientificista, colocavam os índios em posições hierárquicas inferiores.

A solução encontrada para tal dilema foi estabelecer um grupo portador das virtudes esperadas para a nação. Os eleitos foram os tupis. Assim, os escritos do período colonial serviram de base para elevá-los à categoria de aliados dos portugueses e falantes de uma língua mais civilizada. A literatura romântica e a história produzida no IHGB ajudaram a consolidar estas concepções. Já os “tapuias”, denominação genérica para todos os não tupis, foram enquadrados como primitivos incivilizáveis. Tal distinção refletia-se em questões práticas, já que os idealizados tupis foram relegados a um passado extinto à questão indígena do presente remetia somente aos não tupi, que sendo bárbaros, tinham menos apelo pela sua permanência.

Logo, as teorias raciais se consolidavam enquanto discurso científico, mas eram obrigadas a dialogar com uma construção bastante própria da nacionalidade brasileira:

Na segunda metade do século XIX, a penetração de novas idéias sobre raça e evolução encontrava um campo já armado no que diz respeito ao debate sobre os índios no Brasil. Longe de sustentarem uma política única, concebivelmente conivente com a violência premeditada que fazia dos índios objetos de extermínio, os pressupostos raciais tiveram que dialogar com um contradiscurso que via no índio não apenas as raízes da nacionalidade, como também um caminho para futuro da civilização brasileira, sobretudo através do processo de mestiçagem. (MONTEIRO, 2001, p. 178)

Na passagem da monarquia para a República e no contexto da abolição da escravidão, a temática indígena parece ter perdido um pouco da centralidade no IHGB, mas reatualizou-se no IHGSP, do qual Afonso de Freitas fazia parte. A retomada da discussão a respeito das origens dos indígenas inseria-se em um contexto no qual São Paulo buscava tornar-se partícipe da narrativa sobre a história nacional. Pela

impossibilidade de negar um passado mestiço, os intelectuais do IHGSP buscavam aproximar-se do ideal racial atribuído ao tupi.

Portanto, podemos observar que a tese *Distribuição geográfica das tribos indígenas na época do Descobrimento* trás muito dos elementos que já estavam em debate no século anterior. Mesclando diferentes teorias raciais, oscilando entre uma tradição religiosa monogenista e uma teoria biologizante poligenista, contrapondo-se a teoria darwinista sem deixar de incorporar em parte seu evolucionismo, apropriando-se da concepção negativa da mestiçagem em voga, Freitas parece sintetizar neste texto a miscelânea da construção da identidade nacional pelo IHGB.

Ainda que confusas em seus pressupostos teóricos, as proposições de Afonso de Freitas demonstram que existiam lugares bastante claros para os diferentes grupos indígenas brasileiros nas teorias raciais. Longe de uma apropriação pura e simples das teorias europeias, o texto analisado demonstra que existiram formas peculiares de apropriação delas para legitimar narrativas sobre a nacionalidade no Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*, 2º ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BANTON, Michael. *A Idéia de Raça*. Rio de Janeiro: Edições 70, 2010.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Unesp, 2001.

Freitas, Afonso A. de. *Os Guayanás de Piratininga*, São Paulo, Laemmert: 1910.

Freitas, Afonso A. de, *Vocabulário Nheengatú (vernacularizado pelo português falado em São Paulo)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*, v. 9, n. 18, p. 147-170, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

HRUBY, Hugo. O templo das sagradas escrituras: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a história do Brasil (1889-1912). *História da Historiografia*. nº2, março, 2009.

JORGE, Fernando. *Vida, obra e época de Paulo Setúbal: um homem de alma ardente*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.



KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

LARA, Silvia Hunold. Introdução: a história social e o racismo. *História Social*, n. 19, p. 15-18, 2010.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In GRINBERG, Keila (org). *O Brasil Imperial*, Vol. III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 15-38.

MONTEIRO, John M. As raças indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MAIO, Marcos Chor (org). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 41-58.

MONTEIRO. John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. UNICAMP: Campinas, 2001 (Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência).

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização In: MAIO, Marcos Chor (org). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 41-58.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THIESSE, Anne-Marie. *Ficções criadoras: as identidades nacionais*. Porto Alegre. Anos 90, n.15, 2001/2002.

TURIM, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009 (Tese de doutorado).

VENTURA, Roberto. Um Brasil Mestiço: Raça e Cultura na passagem da monarquia à república, IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 329-359.

VIANA, Larissa. *O Idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

XAVIER, Regina Célia Lima. *Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição* In *Cruzando Fronteiras – novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Perseu Abramo, 2012.

## **FONTES**

FREITAS, Affonso A. de. Distribuição geographica das tribus indigenas na época do Descobrimento, de autoria de Affonso A. de Freitas. Seção Anais do Primeiro Congresso de História Nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo Especial, 1915, v. II.

Atas do Congresso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo Especial, 1914, v. I.